

MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - PODER EXECUTIVO															STN/SICONFI	
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL																
RGF - ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO																
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																
2026 - 2º Quadrimestre																
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea																
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	LIQUIDADAS															
	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	Jan/2026	Fev/2026	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Jul/2026	Ago/2026	Total (Últimos 12 Meses) (a)	(b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	114.398.197,77	113.702.074,80	115.791.992,53	178.804.662,17	120.158.183,94	114.313.201,00	116.659.436,56	117.015.690,45	119.200.115,55	126.876.461,89	119.938.982,56	116.625.086,50	1.473.484.085,72	3.454.316,17		
Pessoal Ativo	94.936.688,52	96.209.040,99	96.653.451,61	151.650.838,39	99.055.726,07	92.623.087,07	96.540.608,78	97.898.743,71	98.287.333,35	105.913.725,18	98.857.067,09	95.851.035,33	1.224.477.346,09	1.956.737,38		
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	84.443.416,68	85.725.980,14	85.927.076,46	126.449.004,79	88.666.773,93	82.026.964,90	86.165.584,56	87.237.044,61	87.876.453,56	95.441.935,28	88.290.494,26	85.401.723,42	1.083.652.452,59	1.696.536,53		
Obrigações Patronais	10.493.271,84	10.483.060,85	10.726.375,15	25.201.833,60	10.388.952,14	10.596.122,17	10.375.024,22	10.661.699,10	10.410.879,79	10.471.789,90	10.566.572,83	10.449.311,91	140.824.893,50	260.200,85		
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.216.480,94	17.325.880,91	17.157.412,88	21.471.802,88	21.102.457,87	18.349.898,71	18.113.344,36	17.880.648,56	18.274.192,20	19.557.747,27	18.093.520,33	18.196.940,15	222.740.327,06			
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.026.735,55	14.254.129,39	14.097.272,34	16.493.805,99	17.831.363,14	14.787.906,19	14.813.673,98	14.595.275,36	14.994.777,16	14.890.188,92	14.855.539,54	14.949.217,09	180.589.884,65			
Pensões	3.189.745,39	3.071.751,52	3.060.140,54	4.977.996,89	3.271.094,73	3.561.992,52	3.299.670,38	3.285.373,20	3.279.415,04	4.667.558,35	3.237.980,79	3.247.723,06	42.150.442,41			
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.245.028,31	167.152,90	1.981.128,04	5.682.020,90		3.340.215,22	2.005.483,42	1.236.298,18	2.638.590,00	1.404.989,44	2.988.395,14	2.577.111,02	26.266.412,57	1.497.578,79		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente																
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	22.379.497,80	22.194.469,10	23.553.104,39	32.412.774,33	26.158.590,79	24.567.712,04	24.308.391,48	23.506.529,56	24.314.877,00	24.756.949,87	24.711.397,62	25.248.248,48	298.112.542,43	20.585,51		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.861.072,46	1.486.451,55	2.023.868,69	1.664.874,67	1.150.222,14	1.182.520,95	1.513.488,93	1.912.789,21	2.299.998,07	1.594.678,60	1.499.859,48	2.000.040,84	20.189.865,59			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	144.212,53	44.608,79	33.068,82	1.659.322,53	34.731,68	21.397,49	47.537,82	19.413,05	2.370,83	2.641,61	12.460,29	19.143,73	2.040.909,17			
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	569.356,30	753.565,91	1.130.909,36	4.597.138,73	320.571,56	1.857.713,55	1.540.644,52	509.274,75	530.227,71	135.629,44	1.012.965,33	513.785,35	13.471.782,51			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.155.252,47	17.280.707,20	17.116.261,87	19.841.162,99	21.075.968,39	18.307.502,70	18.070.948,35	17.838.252,55	18.231.796,19	19.769.727,32	18.093.520,33	18.181.033,62	220.962.133,98	20.585,51		
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	1.584.620,00	1.672.836,00	1.599.972,00	2.849.054,56	2.481.165,10	1.299.524,45	1.744.196,00	1.734.470,00	1.753.922,00	1.747.438,00	1.750.680,00	1.757.164,00	21.975.042,11			
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	1.064.984,04	956.299,65	1.649.023,65	1.801.220,85	882.558,41	867.179,77	863.934,60	832.579,75	813.587,25	491.857,75	806.426,08	803.434,94	11.833.086,74			
Outras Deduções Constitucionais ou Legais					213.373,51	1.031.873,13	527.641,26	659.750,25	682.974,95	1.014.977,15	1.535.486,11	1.973.645,97	7.639.722,33			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	92.018.699,97	91.507.605,70	92.238.888,14	146.391.887,84	93.999.593,15	89.745.488,96	92.351.045,08	93.509.160,89	94.885.238,55	102.119.512,02	95.227.584,94	91.376.838,06	1.175.371.543,29	3.433.738,66		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							VALOR								% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)							2.727.744.996,53									
(+) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)							20.042.394,11									
(+) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)							60.411.034,00									
(+) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)							22.082.068,00									
(+) Outras Deduções Constitucionais ou Legais							75.232.046,87									
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)							2.549.977.453,55									
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)							1.178.805.273,95								46,23	
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)							1.376.987.824,92								54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)							1.388.138.433,67								51,30	
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)							1.239.289.042,43								48,60	
FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA, Emissão: 24/09/2026 14:22:15																

Nota Explicativa		
Nota 1 - Linha Outras Deduções Constitucionais ou Legais - Demonstrados valores que corresponde aos reembolsos que foram registrados na NR 1.9.2.3.50.0.0 - Ressarcimento por pagamento de pessoal cedido, para atendimento da Portaria STN/MF nº1.458, 4 de julho de 2025, que dispõe expressamente sobre o reconhecimento da receita ou ressarcimento relativo ao pagamento de pessoal cedido, lançado como dedução da DTP na linha "Outras Deduções Constitucionais ou Legais"		
Nota 2 -		
O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) do mês de agosto de 2026 registrou o montante mensal de R\$ 274.320.329,99 (duzentos e setenta e quatro milhões, duzentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte mil,trezentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos). O somatório dos onze meses anteriores atingiu o valor de R\$ 2.549.977.453,55 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e nove milhões, novecentos e setenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e tres reais e cinquenta e cinco centavos).		
No referido mês de agosto/2026 houve o ingresso extraordinário das seguintes receitas:		
1. Cota-Parte do ICMS – Principal: R\$ 15.931.084,35, referente ao ICMS Estadual decorrente da Transação Fiscal nº 01/2026 do Estado de Rondônia, Processo SEI nº 0020.06136/2026-32, relacionada à Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S.A.		
2. Outras Receitas não Arrecadadas e não Projetadas pela RFB – Primárias – Principal: R\$ 30.038.333,21, referente à receita decorrente da venda da folha de pagamento da Prefeitura do Município de Porto Velho ao Banco do Brasil.		
Recomendação Técnica		
O presente relatório foi elaborado em observância à metodologia de apuração dos demonstrativos fiscais estabelecida no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) vigente, em consonância com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Contudo, considerando a materialidade e o caráter eventual das receitas acima identificadas e, sobretudo, o fato de não representarem receitas próprias de natureza recorrente do Município, adotou-se, adicionalmente e por prudência fiscal, a elaboração de demonstrativo desconsiderando o montante de R\$ 45.969.417,56. Tal procedimento possui caráter gerencial e prudencial, sem alterar a metodologia oficial de apuração da RCL prevista no MDF, e tem por finalidade evidenciar a situação fiscal do Município sem os efeitos de ingressos extraordinários, proporcionando uma base mais conservadora para análise da capacidade financeira e para a tomada de decisões que possam repercutir sobre despesas e compromissos de caráter continuado.		
O quadro abaixo ilustra o comportamento do limite da Despesa Total com Pessoal (DTP) sem o cômputo das receitas extraordinárias valor:		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	2.681.775.578,97	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	20.042.394,11	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	60.411.034,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	22.082.068,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	75.232.046,87	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	2.584.008.035,99	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	1.178.805.273,95	47,08
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.352.164.339,43	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.284.556.122,46	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.216.947.905,49	48,60
Sistema de Administração de Finanças Públicas	/	El. Produções de Software